

Quatro projetos disputam a Saúde

BRASÍLIA — Quatro anteprojetos de lei que dispõem sobre o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) vão disputar a preferência do presidente José Sarney, que deverá escolher um deles e enviá-lo ao Congresso Nacional até o dia 5, de acordo com a Constituição. Os ministérios da Previdência Social e da Saúde, que apoiam a elaboração de uma proposta feita pela Universidade de Brasília (UnB), decidiram ignorar o estudo e preparar projetos diferentes, enquanto o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) também apresentou uma sugestão própria.

O anteprojeto de lei orgânica do Sistema Único de Saúde preparado pelo Núcleo de Estudos da UnB prevê, entre outras medidas, o fortalecimento político e institucional do Ministério da Saúde, que absorveria em suas atividades o trabalho hoje executado pelo Inamps, que seria extinto.

Para financiar o SUS, os técnicos da universidade estabeleceram, por exemplo, a taxação de 5% sobre as heranças e mais 10% da arrecadação de pedágio, que seriam creditadas ao Fundo Nacional de Saúde. Outra parte dos recursos sairia do orçamento da seguridade social, definido pelo Congresso. Segundo o coordenador do grupo que elaborou o anteprojeto, Eleutério Rodriguez Neto, a proposta não é estatizante.

Discutida nos ministérios da Saúde e da Previdência Social, a sugestão da UnB deve servir apenas de matriz para o anteprojeto que o governo encaminhará ao Congresso. Um grupo interministerial, formado por representantes dos ministérios da Educação, Trabalho e Previdência Social, deve concluir esta semana um documento que une a idéia da UnB com a do Conass.

Segundo o deputado Geraldo Alckmin Filho (PSDB-SP),

que estudou as propostas, a diferença entre as duas consiste no fato de o Conass defender o repasse de todos os recursos federais para os Estados, que transfeririam o dinheiro para os municípios, enquanto a UnB divide o repasse dos recursos com uma parte indo para os Estados e a outra, para os municípios.

O Ministério da Saúde, que foi convocado para trabalhar no grupo, preferiu fazer sua proposta isoladamente, e ela será encaminhada à comissão interministerial. O ministro Seigo Tsuzuki, da Saúde, prefere denominar a nova estrutura de Sistema Nacional de Saúde, mas não quer informar quais são as alterações sugeridas. Tsuzuki acredita que alguns hospitais públicos podem funcionar como o Instituto do Coração (Incor), que atende gratuitamente os segurados da Previdência e cobra dos pacientes que podem pagar pela assistência.